

O fascismo: origens, ideologia, manifestações e legados contemporâneos

Fascism: origins, ideology, manifestations, and contemporary legacies

Alessandro Fernandes¹, UFRGS

Resumo

O estudo analisa o fascismo como fenômeno político e social, examinando as condições históricas que permitiram sua consolidação e a permanência de seus elementos na contemporaneidade. A pesquisa baseia-se em revisão bibliográfica e documental, incluindo as formulações de Benito Mussolini e Giovanni Gentile, bem como interpretações de Eric Hobsbawm, Robert Paxton e Antonio Gramsci. Conclui-se que, apesar de derrotado historicamente, o fascismo permanece como possibilidade política em contextos de crise institucional, impondo desafios à estabilidade das democracias.

Palavras-chave: Fascismo; Totalitarismo; Nacionalismo; Autoritarismo; Democracia.

Abstract

The study analyzes fascism as a political and social phenomenon, examining the historical conditions that enabled its consolidation and the persistence of its elements in contemporary contexts. The research is based on a bibliographic and documentary review, including the formulations of Benito Mussolini and Giovanni Gentile, as well as interpretations by Eric Hobsbawm, Robert Paxton, and Antonio Gramsci. It concludes that, although historically defeated, fascism remains a political possibility in contexts of institutional crisis, posing challenges to the stability of democratic regimes.

Keywords: Fascism; Totalitarianism; Nationalism; Authoritarianism; Democracy.

Introdução

Diferente de outros marcos culturais e econômicos do século XX que se irradiaram a partir dos Estados Unidos para o mundo, o fascismo e o nazismo representam fenômenos de origem estritamente europeia fundamentados em crises locais profundas (Souza, 2024). Enquanto transformações como a ascensão do Fordismo, a difusão da cultura de massa americana e a hegemonia financeira de Wall Street moldavam o globo, esses movimentos autoritários surgiram como uma reação violenta ao colapso econômico das nações europeias, à instabilidade das democracias parlamentares e ao pavor social frente à Revolução Russa (Hobsbawm, 1995). Ao contrário das tendências de exportação estadunidense, o fascismo configurou-se como um movimento complexo que desafiou a ordem liberal vigente,

¹ Licenciado em História/UFPEL, Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais/UNISINOS, Mestre em Gestão e Negócios/UNISINOS, Doutorando, PPGD/UNISINOS e PPGPP/UFRGS. E-mail: alfernandes@edu.unisinis.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0356-2565>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5678292428536920>.

consolidando-se a partir das cicatrizes sociais e políticas deixadas pela Primeira Guerra Mundial no continente europeu.

Originado na Itália, no contexto de profundas transformações econômicas, políticas e sociais no período pós-Primeira Guerra Mundial, o fascismo rapidamente se consolidou como uma resposta autoritária a esses desafios. Sob a liderança de Benito Mussolini, o fascismo oferecia uma alternativa radical ao liberalismo democrático e ao socialismo, promovendo a centralização do poder, o ultranacionalismo e a submissão completa do indivíduo ao Estado. No entanto, os fundamentos do fascismo transcendem sua manifestação histórica específica, sendo fruto de um longo processo de formação ideológica e de apropriação de diversos elementos políticos, filosóficos e culturais.

A análise do fascismo exige uma compreensão de suas múltiplas facetas, que incluem o uso sistemático da violência política, a glorificação de símbolos nacionais e a criação de estruturas sociais hierarquizadas e militarizadas. Historicamente, o fascismo foi capaz de se adaptar a diferentes contextos, servindo como modelo para outros regimes autoritários, como o nazismo alemão. Essas interações geraram um debate acadêmico profundo sobre as semelhanças e diferenças entre os regimes fascistas, em particular no que se refere à implementação de políticas raciais e genocidas².

Além disso, o fascismo desenvolveu uma relação ambígua com a tradição intelectual e cultural da Europa. Embora o movimento tivesse uma retórica anti-intelectual e desdenhosa em relação às elites acadêmicas e à cultura crítica, ele foi influenciado por figuras filosóficas como Friedrich Nietzsche e Giovanni Gentile. Por outro lado, a crítica marxista, exemplificada principalmente por Antonio Gramsci, forneceu uma análise contundente do fascismo como uma expressão da crise do capitalismo e da resposta da burguesia às ameaças revolucionárias.

Este estudo pretende explorar, de maneira detalhada, as origens, o desenvolvimento e as consequências do fascismo, tanto em seu contexto histórico específico quanto em suas implicações mais amplas para as sociedades modernas. A permanência de elementos fascistas em discursos e práticas políticas atuais demonstra que, embora derrotado no campo de batalha da Segunda Guerra Mundial, o fascismo continua a exercer uma influência significativa nas esferas política e cultural.

² Sobre a discussão acerca das aproximações e distinções entre os regimes fascistas, com ênfase nas políticas raciais e genocidas, ver: Hannah Arendt, *Origens do Totalitarismo*; Ian Kershaw, *Hitler* (vols. I e II) e *O que é o Nazismo?*; Emilio Gentile, *Che cosa è il fascismo: discorsi e polemiche*; e Enzo Traverso, *The Origins of Nazi Violence*.

A investigação desse fenômeno é fundamental para compreender os impasses da democracia no século XXI, especialmente ao observar como o atual crescimento de movimentos populistas e autoritários ecoa o colapso das instituições liberais descrito por Hobsbawm (1995) em sua análise sobre a crise da modernidade. Diferente da expansão da hegemonia cultural e do consumo em massa originados nos Estados Unidos, o ressurgimento contemporâneo de discursos antidemocráticos reativa mecanismos de instabilidade tipicamente europeus, nos quais a fragmentação social e a erosão dos consensos liberais operam como catalisadores para a reconfiguração da ordem global. Assim, o estudo do fascismo clássico não se encerra em seu contexto de origem, mas serve como um modelo crítico para identificar como novas crises econômicas e políticas podem converter o descontentamento das massas em projetos de poder que, embora derrotados militarmente em 1945, permanecem latentes como um desafio permanente à soberania democrática.

A fim de compreender a complexidade desse fenômeno e sua persistência histórica, o presente estudo está estruturado em quatro eixos fundamentais. Primeiramente, examinam-se as Origens e Pilares Ideológicos do Fascismo Italiano, detalhando sua gênese teórica, o papel da filosofia de Giovanni Gentile e os mecanismos de controle totalitário. Em seguida, analisa-se a Expansão e Adaptação Global, observando como o modelo italiano influenciou o nazismo e outros regimes europeus por meio da instrumentalização do medo. O terceiro eixo dedica-se às Interpretações Críticas, com ênfase na lente marxista de Antonio Gramsci sobre a crise do capital. Por fim, discute-se a Persistência na História Contemporânea, relacionando as feridas do passado com a ascensão de movimentos populistas no Brasil e no mundo, oferecendo uma síntese dos desafios atuais para a preservação das democracias.

Origens e Pilares Ideológicos do Fascismo Italiano

O fascismo, enquanto ideologia política e movimento, emergiu na Itália no início do século XX, tendo Benito Mussolini como sua principal liderança. Sua formulação teórica está assentada no ultranacionalismo exacerbado, no autoritarismo e na supremacia do Estado sobre o indivíduo (Paxton, 2023). A gênese do fascismo está intimamente vinculada ao contexto da Primeira Guerra Mundial, quando, em 1914, um grupo de nacionalistas italianos, entre os quais se encontrava Mussolini, rompeu com o socialismo ao defender a entrada da Itália no conflito ao lado dos Aliados³. Esse grupo constituiu o *Fascio Rivoluzionario d'Azione*

³ A adesão de Mussolini ao intervencionismo em 1914 reflete uma cisão profunda no movimento socialista internacional da época. Enquanto a ortodoxia marxista e o Partido Socialista Italiano (PSI) defendiam a neutralidade absoluta por interpretarem a guerra como um conflito imperialista burguês que vitimaria o

Interventista, marco inaugural do afastamento de Mussolini da ideologia socialista e da formulação de uma nova concepção política centrada no nacionalismo autoritário (Milza, 1999).

Nesse contexto histórico, Yascha Mounk (2023) observa que a estabilidade de qualquer sistema político depende da percepção de que ele é capaz de garantir o bem-estar dos cidadãos. O colapso do sistema liberal italiano pós-1918 pode ser lido como uma forma primitiva do que Mounk define como o esgotamento das promessas democráticas: quando as instituições falham em prover segurança e crescimento, abre-se espaço para que movimentos autoritários se apresentem como a única solução para o caos.

Mussolini (2019, p. 10) descreveu o fascismo nos seguintes termos:

[...] o fascismo é ação e é pensamento; ação na qual a doutrina é imanente, e a doutrina é emanada de um dado sistema de forças históricas no qual está inserida e operando internamente. Assim, sua forma está relacionada às contingências de tempo e espaço, mas ao mesmo tempo tem ainda um conteúdo ideal, que a torna uma expressão da verdade na mais alta esfera da história do pensamento.

A doutrina fascista, em sua essência, rejeita os fundamentos do liberalismo, do socialismo e da democracia representativa. Em seu lugar, propõe a centralização do poder político e econômico nas mãos de um líder supremo, promovendo a exaltação do Estado como ente absoluto e indivisível (Paxton, 2023). O regime fascista caracteriza-se, assim, pela repressão sistemática a qualquer forma de dissenso, valendo-se de mecanismos coercitivos e de violência institucionalizada com o objetivo de assegurar a unidade nacional e a estabilidade governamental. Essa rejeição radical dos direitos individuais em prol de uma suposta vontade popular monolítica é o que Mounk (2023) tipifica hoje como o perigo extremo da "democracia iliberal": um regime que afirma representar o "povo verdadeiro" enquanto destrói as garantias institucionais e o Estado de Direito que protegem as minorias e os dissidentes.

No início da década de 1920, Benito Mussolini cunhou o termo "totalitário" para descrever o novo modelo estatal instituído na Itália sob o regime fascista. Tal concepção encontrou sua expressão máxima na fórmula: "tudo dentro do Estado, nada fora do Estado, nada contra o Estado", evidenciando a pretensão de controle absoluto sobre todas as esferas

proletariado, a ala dissidente, influenciada pelo sindicalismo revolucionário, passou a ver no conflito uma oportunidade de revolução nacional. Para esses dissidentes, a guerra funcionaria como um catalisador capaz de destruir as velhas estruturas liberais, permitindo que o nacionalismo substituísse a luta de classes como o motor da história. Essa ruptura é fundamental para entender a transição do socialismo para o fascismo, pois marca a substituição do internacionalismo proletário pelo mito da nação proletária (Milza, 1999; Hobsbawm, 1995).

da vida pública e privada. O totalitarismo, como forma de organização político-social, visa a substituição das instituições tradicionais e a eliminação das normas jurídicas, sociais e políticas vigentes, instaurando um sistema de dominação integral. Nesse modelo, observa-se a atuação de um único partido político, sob a liderança de um ditador, com forte aparato de censura e controle da imprensa, uso sistemático de propaganda estatal, serviço militar obrigatório, práticas de controle populacional e perseguição a grupos religiosos, políticos ou culturais dissidentes (Zamponi, 1997).

Tabela 1: Características Principais do Fascismo Italiano

Característica	Descrição/Manifestação na Itália Fascista
Totalitarismo	Controlo estatal sobre todos os aspetos da vida, ditador/partido único, censura, ausência de dissidência.
Corporativismo	Sociedade organizada em "corporações" subordinadas ao Estado para controlo económico, refletindo a vontade de Mussolini.
Culto da Personalidade	Glorificação pervasiva de Mussolini como <i>Il Duce</i> , líder super-humano e infalível.
Ênfase na Ação/Violência	Glorificação da guerra, conquista, força física em detrimento da razão; enquadramento militarista da sociedade.
Nacionalismo Extremo	Crença na superioridade nacional italiana, desejo de expansão, revivificação do Império Romano.
Anti-Liberalismo/Democracia	Rejeição das instituições democráticas, direitos individuais e valores "burgueses".
Anti-Bolchevismo/Socialismo	Oposição feroz a movimentos comunistas e socialistas, justificação da violência contra eles.

Fonte: De Felice, 1988; Hobsbawm, 1995; Milza, 1999; Neville, 2014.

A atuação dos governos totalitários, comumente, orienta-se por objetivos amplos e específicos, como a industrialização forçada ou a expansão imperialista, aos quais todos os recursos nacionais são subordinados, independentemente dos custos sociais e econômicos. A dissidência é suprimida de forma intransigente, não havendo reconhecimento da conclusão dos objetivos propostos, o que confere ao Estado poderes amplos e permanentes. A base ideológica do fascismo repousa sobre o culto à unidade nacional e à necessidade de um “renascimento” da nação, frequentemente erigido a uma condição quase religiosa,

instrumentalizando-se mitos identitários e, em certas experiências históricas, teorias de pureza racial que culminaram em práticas de exclusão e programas de eugenia (Ducatti, 2023).

A origem etimológica do termo "fascismo" remonta ao símbolo dos fasces, que, na Roma Antiga, representava a autoridade estatal por meio de um conjunto de varas atadas em torno de um machado. Historicamente, essa simbologia foi resgatada pelo *fascio littorio*, sendo posteriormente apropriada pelo regime fascista como um símbolo de unidade e poder autoritário estatal (Paxton, 2023).

Essa simbologia transcendeu o contexto italiano, sendo utilizada em outros momentos históricos, como na França republicana do século XIX, onde o fasces foi empregado para representar a resistência da República contra as elites aristocráticas e eclesiásticas. Nos Estados Unidos, o símbolo também foi adotado, como na moeda de 25 centavos de 1932, associando-se à ideia de poder e unidade nacional (Aguilhon, 1979; Zamponi, 1997).

A ascensão do fascismo foi impulsionada pela atuação das milícias paramilitares, conhecidas como *fasci di combattimento*, que tiveram papel crucial na Marcha sobre Roma em 1922, culminando na nomeação de Mussolini como primeiro-ministro. O Partido Nacional Fascista, organizado a partir dessas milícias, estruturou-se de forma militarizada e submetida à autoridade central de Mussolini. Durante os 23 anos em que esteve no poder, o fascismo consolidou-se como um regime ditatorial, promovendo o uso da força para suprimir a oposição e exercer controle sobre a sociedade e a economia (Trotsky, 2019).

O "Idealismo Atual" e o "Estado Ético" de Giovanni Gentile

Giovanni Gentile, o "filósofo oficial" do Fascismo, forneceu a justificação intelectual para o regime. Seu conceito de "estado ético" afirmava que a liberdade humana só poderia ser alcançada através da completa integração do indivíduo na sociedade. Essa visão de Gentile representa o que Mounk (2023) critica como a supressão do pluralismo. Para Mounk, uma sociedade estável não deve ser um monólito estatal, mas sim como um "Parque Público": um espaço comum onde todos seguem as mesmas regras, mas preservam a liberdade de viver suas identidades privadas sem a interferência totalitária do Estado.

O fato de Gentile ter fornecido uma "justificação filosófica sofisticada" para o Fascismo revela um esforço calculado do regime para controlar não apenas o espaço físico, mas também o discurso intelectual. Como alerta Mounk (2023) em sua análise sobre as redes sociais e a pós-verdade, a deslegitimação das instituições intelectuais e a criação de uma

"verdade oficial" são ferramentas fundamentais para que o autoritarismo corroa a democracia por dentro, utilizando-se das próprias liberdades do sistema para destruí-lo.

O conceito de "estado ético" de Gentile definia o Estado como a encarnação da vontade moral e da lei moral, afirmando que a liberdade humana só poderia ser alcançada através da completa integração do indivíduo na sociedade. Isso forneceu uma justificação filosófica sofisticada para governos autoritários e totalitários. Gentile acolheu a ascensão de Mussolini, vendo-o como uma figura conservadora capaz de resolver as crises do pós-guerra e revitalizar a nação. Como Ministro da Instrução Pública, Gentile implementou reformas educacionais significativas que, embora apregoadas por Mussolini como "a reforma mais fascista", estavam mais enraizadas na sua própria filosofia educacional conservadora e elitista, enfatizando a liberdade intelectual e as humanidades tradicionais (Gentile, 2013).

No seu artigo de 1927, *A Base Filosófica do Fascismo*, Gentile articulou a visão fascista do Estado: "A autoridade do Estado e a liberdade do cidadão constituem um círculo contínuo onde a autoridade pressupõe a liberdade e a liberdade a autoridade. Pois a liberdade só pode existir dentro do Estado, e o Estado significa autoridade". Ele acreditava que o liberalismo havia quebrado este círculo, e que o estado corporativo fascista oferecia um sistema representativo mais sincero e em contacto com a realidade. Gentile descreveu o Fascismo como "um espírito religioso" e "a mais alta forma de democracia", justificando a sua violência como a "eficácia moral tanto do 'sermão quanto do cassetete'". Os seus escritos definiam o Fascismo como um movimento político conservador, tradicional e elitista, visando estabelecer um estado autoritário. Notavelmente, Gentile expressou dissidência em relação a certas políticas fascistas, opondo-se ao Pacto de Latrão⁴ por desvirtuarem o carácter autoritário do Estado e criticando abertamente os decretos antisemitas de 1938 devido à sua crença no carácter universal da cultura italiana. *La dottrina del fascismo* (Mussolini, 1936), publicada sob o nome de Mussolini, foi em grande parte escrita por Giovanni Gentile (Gentile, 1924; 2023).

O facto de Gentile, um filósofo renomado, ter fornecido uma "justificação filosófica sofisticada" para o Fascismo, enquadrando-o de forma conservadora e ética, enquanto o próprio Fascismo enfatizava "ação e violência em detrimento da fala e da razão" e atacava a

⁴ Assinado em 11 de fevereiro de 1929 entre a Santa Sé e o Reino da Itália, o Tratado de Latrão é o documento político que integra os Pactos de Latrão, juntamente com a Concordata e a Convenção Financeira. O acordo reconheceu a soberania plena e a independência da Santa Sé, criando o Estado da Cidade do Vaticano como um suporte territorial necessário para garantir a autonomia da Igreja frente a qualquer poder civil. Juridicamente, o tratado definiu os limites territoriais do novo Estado e estabeleceu as bases da sua população, composta por cidadãos e residentes sob a autoridade soberana do Papa. Embora o tratado original tenha declarado o catolicismo como religião oficial, esta disposição foi revogada pela revisão constitucional e pelo Acordo Bilateral de 1984, que modernizou as relações entre a Igreja e o Estado italiano (Oliveira; Marandola, 2019).

"cultura burguesa" que valorizava o intelectualismo, revela um paradoxo fundamental. Isso sugere que o Fascismo, embora ostensivamente anti-intelectual e glorificando a força bruta, procurou e utilizou ativamente uma justificação filosófica de alto nível. Essa estratégia indica que o regime compreendia que, mesmo um movimento construído sobre a ação e a emoção, necessitava de um verniz intelectual para legitimar a sua rutura radical com as tradições liberais e atrair certos segmentos da intelectualidade. O papel de Gentile não era apenas definir o Fascismo, mas elevá-lo para além da mera brutalidade, conferindo-lhe uma percebida necessidade histórica e moral. Isso sublinha o esforço calculado do regime para controlar não apenas o espaço físico, mas também o discurso intelectual (Gentile, 1924; 2023).

O Decálogo Apócrifo: Princípios e Percepção Popular do Fascismo

O documento vulgarmente denominado "**Decálogo do Fascismo**" constitui uma peça de natureza apócrifa e extraoficial que logrou sintetizar, sob uma lógica mnemônica e pedagógica, o *ethos* do fascismo italiano em dez preceitos fundamentais. É imperativo assinalar, sob o prisma da precisão histórica, que tal compêndio não emana de atos normativos diretos de Benito Mussolini, tampouco integra o *corpus* doutrinário formal do Partido Nacional Fascista (PNF). Todavia, sua relevância reside na função de **catecismo cívico informal**, operando como um instrumento de mobilização da militância e evidenciando a hermenêutica popular sobre a ideologia estatal (Galeotti, 2020).

Os dez vetores axiológicos que compõem este decálogo refletem a tentativa de codificar a conduta do "novo homem" fascista:

- **Credo (Acreditar):** Estabelece a fé incondicional no *Duce* e na infalibilidade da doutrina, transpondo o sentimento religioso para a esfera política, o que configura a sacralização da política.
- **Obediência (Obedecer):** Erige a disciplina e a submissão hierárquica irrestrita como dogmas, anulando a autonomia da vontade em favor da coesão do organismo social.
- **Militância (Atacar):** Exalta o caráter intrinsecamente belicoso do movimento, onde o enfrentamento direto e a violência política são legitimados como ferramentas de afirmação ideológica.
- **Expansão (Conquistar):** Manifesta a pulsão vitalista do regime, que identifica a sobrevivência da nação à sua capacidade de projetar poder e subjugar o *outro*.

- **Heroísmo Trágico (Viver perigosamente):** Resgata a estética do risco e a rejeição à segurança burguesa, valorizando a audácia existencial em detrimento da estabilidade democrática.
- **Supremacia do Estado (Servir à pátria):** Postula a absorção da individualidade pelo ente estatal. O cidadão é despojado de direitos subjetivos clássicos, passando a ser compreendido meramente como um meio para a consecução dos fins transcendentais da Nação.
- **Imperialismo (Construir um império):** Projeta a ambição de restabelecer a hegemonia mediterrânea, fundamentando a legitimidade do regime na expansão territorial e no prestígio global.
- **Doutrinação Pedagógica (Educar o povo):** Enfatiza a instrumentalização do ensino e da cultura para a forja de uma consciência coletiva alinhada aos desígnios do regime.
- **Militarização da Sociedade (Armar o povo):** Valoriza a estética da força e a prontidão bélica, transformando o corpo social em um exército permanente em estado de latência.
- **Ruptura Histórica (Esquecer o passado):** Prega a superação das tradições liberais e parlamentares, orientando o esforço nacional para a construção de uma "Nova Ordem" pretensamente infensa às heranças do século XIX.

É fundamental reiterar que este "Decálogo", embora influente na percepção popular e na propaganda informal, representa uma visão simplificada dos complexos ideais fascistas. A ideologia em si era significativamente mais multifacetada, englobando elementos de nacionalismo exacerbado, totalitarismo, corporativismo e um forte militarismo, que moldaram profundamente a sociedade italiana da época e transcenderam a mera lista de princípios aqui apresentada.

O Fascismo como Fenômeno Global e Suas Adaptações

A análise comparada do fascismo revela que, embora o movimento de Benito Mussolini tenha servido de inspiração estética, as experiências nacionais na Hungria, Romênia e França operavam sobre mitologias de purificação adaptadas às suas próprias frustrações históricas. Como observa Roger Griffin (2013), o núcleo comum desses movimentos era o mito da palingenesia, definido como a ideia de um renascimento nacional

após um período de decadência percebida. No governo de Gyula Gömbös na Hungria, essa renovação manifestou-se como um nacionalismo revisionista obcecado pela recuperação de territórios, enquanto a Guarda de Ferro na Romênia radicalizou essa mística ao introduzir um componente religioso ortodoxo singular. Essas variações, detalhadas por Carlos Martins (2023), demonstram que o fascismo histórico não era um bloco monolítico, mas uma teia de ideologias camaleônicas que, segundo Kevin Passmore (2022), buscava criar uma terceira via entre o capitalismo liberal e o socialismo, mobilizando as massas através de uma política de identidade e emoção.

Essa fragmentação identitária torna-se ainda mais evidente ao observarmos o movimento Ustaše na Croácia, que exemplifica o paradoxo de um internacionalismo nacionalista. Ao focar em uma identidade croata hiper-católica e na eliminação violenta de minorias, o grupo de Ante Pavelić ilustra como a ausência de solidariedade era uma característica intrínseca ao sistema. Conforme a tese de Robert Paxton (2007), o fascismo deve ser compreendido menos por seus programas teóricos e mais por sua atuação prática. Essa atuação, como aponta Jason Stanley (2018), baseia-se na criação de uma distinção nítida entre nós e eles, utilizando o passado mítico para justificar a hierarquia e a exclusão. Por serem movimentos baseados na supremacia nacional absoluta, a cooperação entre regimes fascistas era inerentemente instável. Enquanto o socialismo pregava uma união transnacional, o fascismo transformava o continente em um tabuleiro de interesses irreconciliáveis, onde mesmo Estados ideologicamente próximos entravam em choque por disputas territoriais ou raciais.

Por fim, a comparação com o Mouvement Franciste na França e o Nazismo na Alemanha ressalta que o sucesso dessas ideologias dependia da profundidade da crise das instituições liberais locais. Na França, o fascismo de Marcel Bucard encontrou resistência em uma tradição republicana ainda funcional, permanecendo na periferia política até a intervenção estrangeira. Já na Alemanha, o Nazismo conseguiu converter o trauma econômico em um Estado totalitário focado no biologismo racial. A análise de Passmore (2022) reforça que o fascismo não era apenas uma reação ao comunismo, mas um projeto revolucionário de direita que visava reordenar a sociedade de forma radical. Stanley (2018) complementa que essa reordenação dependia da erosão da verdade e da normalização da propaganda divisionista. Assim, embora o nacionalismo exacerbado fosse o ponto comum, a capacidade de cada movimento de sequestrar o Estado dependia da combinação exata entre o vácuo de poder e o consentimento das elites tradicionais, conforme teorizado por Paxton.

Embora o Partido Nazista evitasse uma identificação direta com o fascismo, Adolf Hitler nutria profunda admiração por Mussolini, considerando-se seu discípulo. Não obstante, o nazismo introduziu novos elementos ao ideário fascista, especialmente a questão racial e a implementação de políticas genocidas, o que o diferenciava do fascismo italiano (Kershaw, 2010). No campo intelectual, o filósofo Friedrich Nietzsche é frequentemente associado ao fascismo, embora essa associação seja complexa. Nietzsche criticava a moralidade conformista e proclamava a "morte de Deus", introduzindo o conceito de "super-homem" (Nietzsche, 2011). Apesar de alguns de seus conceitos terem sido apropriados por regimes fascistas e nazistas, Nietzsche rejeitava tanto o patriotismo quanto o antissemitismo, o que torna sua vinculação direta ao fascismo problemática (Julião, 2016).

O fascismo é impulsionado principalmente pelo medo, o que facilita sua disseminação emocional em todas as camadas da sociedade. Este movimento não prospera sem o apoio popular, requerendo tanto a validação das elites quanto a adesão do cidadão comum. Nesse sentido, pode-se argumentar que o fascismo deve ser compreendido menos como uma ideologia política e mais como um método de conquista e manutenção do poder (Albright, 2018). Diferentemente de regimes como monarquias ou ditaduras militares, que se impõem de forma vertical, o fascismo se alimenta da frustração de indivíduos que experimentam traumas, como a perda de uma guerra, de um emprego ou o declínio de sua nação. Quanto mais profunda a fonte da angústia, maior a propensão desses indivíduos a se deixarem seduzir pela promessa de renovação ou pela restituição do que perderam (Albright, 2018).

A concepção fascista da vida, segundo Mussolini, é fundamentalmente religiosa, na qual o indivíduo se relaciona com uma lei superior, transcendendo sua existência individual e sendo elevado à comunhão consciente em uma sociedade espiritual. A ideologia fascista consolidou-se em torno de uma postura agressiva e militarista, com tendências expansionistas, e utilizava a educação como instrumento de doutrinação.

Interpretações críticas do fascismo: a análise marxista

A análise marxista sobre o fascismo, especialmente a elaborada por Antonio Gramsci, define esse regime como uma resposta à crise orgânica do capitalismo, intensificada pela Primeira Guerra Mundial e pela Revolução Russa. Gramsci argumenta que o fascismo surge como uma tentativa da pequena e média burguesia de se reestruturar frente à crise econômica, ao mesmo tempo em que serve aos interesses da grande burguesia, que buscava centralizar seu poder e reprimir a ameaça socialista (Gramsci, 2021). Nesse sentido, a análise marxista

destaca o fascismo como um movimento que, embora sirva à elite capitalista, possui flexibilidade suficiente para adaptar-se a diferentes contextos políticos e sociais, mantendo sua relevância histórica.

Ao estabelecer-se como oposição ao socialismo, o fascismo rejeita a noção de luta de classes, defendida pelos marxistas. Em vez disso, o fascismo propõe uma visão de unidade dentro do Estado, que busca integrar as classes em uma única realidade econômica e ética. Tal doutrina se opõe, também, ao sindicalismo como uma ferramenta de luta de classe; embora o fascismo, ao ser incorporado ao Estado, reconheça as necessidades que deram origem ao socialismo e ao sindicalismo, esses movimentos são então adequados ao sistema corporativo fascista, no qual interesses divergentes são harmonizados na unidade estatal (Mussolini, 2019). A tentativa de harmonização que encobre divisões estruturais de classe encontra paralelo contemporâneo na denominada “síntese identitária”. As derivações do identitarismo atual tendem a desconsiderar o capitalismo como estrutura central de produção de desigualdades, concentrando-se na ampliação da representatividade de grupos subalternizados em espaços institucionais de poder, sem, contudo, promover questionamento substantivo das hierarquias econômicas vigentes (Mounk, 2024).

Essa visão de mundo faz do fascismo uma rejeição resoluta à doutrina marxista, que se fundamenta no materialismo histórico. Para o marxismo, a história é explicada pela luta de classes e pelas mudanças nos processos produtivos, enquanto o fascismo nega essa perspectiva, afirmando a preeminência da nação e da ordem social sobre os conflitos de classe (Mussolini, 2019). Não obstante, a análise marxista considera que essa negação do materialismo histórico não é suficiente para desqualificar o fascismo como um fenômeno que emerge em momentos de crise do capitalismo. A flexibilidade do fascismo permitiu que ele se manifestasse em diversas sociedades ao longo do século XX, adaptando-se às particularidades de cada contexto social e político.

A Persistência do Fascismo na História Contemporânea

A relevância do fascismo no contexto contemporâneo não se manifesta como uma repetição idêntica do passado, mas como uma reativação de feridas históricas em novos solos. Conforme analisa Robert Paxton (2023), o fascismo não deve ser visto como um fenômeno estático, mas como um processo que sobreviveu à derrota de 1945 ao camuflar-se em discursos de identidade nacional e proteção da comunidade. A transição do fascismo histórico

para o contemporâneo é mediada, sobretudo, pelo esgotamento das promessas da democracia liberal e pelos efeitos colaterais da globalização.

Nesse sentido, Yascha Mounk (2019) observa que a estabilidade democrática dependia de um crescimento econômico que beneficiava a maioria; com a estagnação do padrão de vida e o aumento da desigualdade, a confiança no sistema rompeu-se, abrindo espaço para a retórica populista. Ao aplicar a teoria de Paxton (2017) sobre os "*cinco estágios do fascismo*", percebe-se que movimentos como o trumpismo não apenas se enraizaram no sistema, mas subverteram a linguagem do conservadorismo tradicional para normalizar o ressentimento. Esse cenário permitiu a remoção do curativo de feridas sociais não cicatrizadas, canalizando a angústia de setores que se sentem marginalizados pela modernidade (Albright, 2018).

Diferente do século XX, o autoritarismo contemporâneo apresenta facetas distintas que exigem uma demarcação clara para evitar anacronismos. Embora Madeleine Albright (2018) identifique traços antidemocráticos em diversos líderes, é imperativo distinguir suas naturezas políticas sob a luz de Levitsky e Ziblatt (2018). Enquanto Viktor Orbán e Recep Tayyip Erdogan representam o autoritarismo iliberal, caracterizado pela subversão das leis para "capturar os árbitros", como o Judiciário e os órgãos de controle, o regime de Vladimir Putin consolidou uma autocracia personalista de matiz cleptocrático, baseada na supressão física da oposição e no controle estatal direto. Por outro lado, os regimes de Nicolás Maduro e Daniel Ortega representam a degeneração de populismos de esquerda que se converteram em ditaduras militares-ideológicas para garantir a sobrevivência do grupo no poder. O que os aproxima não é uma doutrina única, mas o uso de estratégias que, como aponta Jason Stanley (2018), visam a erosão da verdade e a construção de uma hierarquia excludente entre o "nós" (o povo verdadeiro) e o "eles" (os inimigos do Estado).

No Brasil, esse fenômeno reflete uma tradição autoritária de longa data, conectando o presente às raízes do século passado através da Ação Integralista Brasileira (AIB). A fundação da AIB em 1932 consolidou a influência do fascismo italiano sob uma roupagem católica e nacionalista (Bertonha, 2001). O movimento bolsonarista reativou essa herança ao fundir a mística religiosa com o aparato digital, criando uma base de apoio que busca a deslegitimação permanente de qualquer autoridade institucional que não seja o próprio líder (Singer et al., 2020). Ao utilizar o binômio "Deus e a Bíblia" e a construção de uma "verdade acima de todos", o bolsonarismo opera uma espécie de fascismo de baixa intensidade. Este processo assemelha-se ao diagnóstico de Levitsky e Ziblatt (2018) sobre o rompimento da "tolerância mútua" e da "reserva institucional", onde o desgaste dos freios e contrapesos republicanos

ocorre sob o pretexto de uma limpeza moral e ideológica (Bernardi; De Moraes, 2021). Como alerta Bertolt Brecht (2016), a latência dessa ideologia em tempos de crise demonstra que a agressividade política contemporânea é um camaleão capaz de corroer as democracias por meio de suas próprias ferramentas de liberdade.

Considerações Finais

A análise do fascismo como fenômeno político e social demonstra que essa ideologia se enraizou em contextos de crise, aproveitando-se da instabilidade econômica, do medo social e da incerteza política para se fortalecer. A ascensão de regimes autoritários na Itália e na Alemanha no século XX, sob as lideranças de Benito Mussolini e Adolf Hitler, respectivamente, ilustra como o fascismo se baseia na exaltação do nacionalismo, na centralização do poder e na supressão das liberdades individuais. Ao longo deste estudo, foi possível verificar que, embora o fascismo tenha surgido em resposta às condições particulares do pós-Primeira Guerra Mundial, suas características principais, como o totalitarismo, o militarismo e a manipulação do medo, mantêm relevância na contemporaneidade.

A análise histórica também revelou a importância de compreender as bases filosóficas e as apropriações ideológicas que moldaram o fascismo, assim como as críticas marxistas, em particular as de Antonio Gramsci, que fornecem uma lente importante para interpretar o fascismo como uma reação das elites à luta de classes e ao avanço das ideologias socialistas.

Em conclusão, o fascismo permanece uma ameaça latente, sobretudo em períodos de crise, o que reforça a necessidade de constante vigilância por parte das democracias contemporâneas. A compreensão aprofundada de sua ideologia, estratégias e impactos é essencial para evitar que regimes autoritários voltem a se consolidar, comprometendo os princípios democráticos e os direitos humanos. Assim, a história do fascismo serve de alerta para o presente, demandando uma análise crítica contínua sobre os caminhos que as sociedades modernas podem seguir.

Referências

AGULHON, Maurice. **Marianne au combat**: l'imagerie et la symbolique républicaines de 1789 à 1880. Paris: Flammarion, 1979.

ALBRIGHT, Madeleine. **Fascismo**: um alerta. Editora Planeta do Brasil, 2018.

BERNARDI, Ana Julia Bonzanini; DE MORAIS, Jennifer Azambuja. Fascismo à brasileira? Análise de conteúdo dos discursos de Bolsonaro após o segundo turno das eleições presidenciais de 2018. **Política & Sociedade**, v. 20, n. 48, pp. 300-327, 2021.

- BERTONHA, João Fábio. Entre Mussolini e Plínio Salgado: o Fascismo italiano, o Integralismo e o problema dos descendentes de italianos no Brasil. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 40, pp. 85-105 2001.
- BRECHT, Bertolt. **Fear and Misery of the Third Reich**. Bloomsbury Publishing, 2016.
- DE FELICE, Renzo. **Entrevista sobre o Fascismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
- DUCATTI, Ivan. Fascismo e eugenia na Itália: a classe trabalhadora sob controle. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 15, n. 2, p. 646-662, 2023.
- ECO, Umberto. **O fascismo Eterno**. Editora Record, 2018.
- GENTILE, Emilio. **Fascismo: Storia e interpretazione**. Gius. Laterza & Figli Spa, 2013.
- GENTILE, Giovanni. **Che cosa è il fascismo: discorsi e polemiche**. Vallecchi, 1924.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere (Vol. 3): Maquiavel**. Notas sobre o estado e a política. Civilização Brasileira, 2023.
- GRIFFIN, Roger. **The nature of fascism**. Routledge, 2013.
- HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: O breve século XX**. Editora Companhia das Letras, 1995.
- KERSHAW, Ian. **Hitler: A biography**. WW Norton & Company, 2010.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.
- JULIÃO, José Nicolao. Nietzsche entre a Pólis Grega e o Terceiro Reich Alemão. **Cadernos Nietzsche**, v. 37, pp. 271-296, 2016.
- MARTINS, Carlos. **Fascismos: para além de Hitler e Mussolini**. Desassossego, 2023
- MILZA, Pierre. **Mussolini**. Paris: Fayard, 1999.
- MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia: Por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- _____. **The identity trap: a story of ideas and power in our time**. New York: Penguin Press, 2023. E-book.
- _____. **A armadilha da identidade: uma história das ideias e do poder em nosso tempo**. Lisboa: Edições 70, 2024.
- MUSSOLINI, Benito. **La dottrina del fascismo**. U. Hoepli, 1936.
- _____. A Doutrina. *In: MUSSOLINI, Benito; TROTSKI, Leon. Fascismo: Textos fundamentais e históricos do Século XX*. Nova Fronteira, 2019.
- NEVILLE, Peter. **Mussolini**. Routledge, 2014.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Assim falava Zaratustra**. Nova Fronteira, 2011.
- OLIVEIRA, Sueli Almeida; MARANDOLA, Allan Victor de Almeida. A personalidade jurídica internacional da Santa Sé: status quo. **Scientia canonica**, v. 2, n. 3, p. 109-137, 2019.
- PASSMORE, Kevin. **Fascismo: Uma Breve Introdução**. Dialética, 2022.
- PAXTON, Robert O. **A anatomia do fascismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2 ed., 2023.
- _____. The five stages of fascism. *In: Fascism*. Routledge, 2017. pp. 81-103.

SINGER, André et al. Por que assistimos a uma volta do fascismo à brasileira? **Folha de São Paulo**, 9 jun. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/06/por-que-assistimos-a-uma-volta-do-fascismo-a-brasileira.shtml>>. Acesso em 22 dez. 2025.

SOUZA, Jessé. **O pobre de direita**: A vingança dos Bastardos. Civilização Brasileira, 2024.

STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo**. A política do “nós e “eles”. Porto Alegre: L&PM, 2018.

TROTSKY, Leon. **Como esmagar o fascismo**. Editora Autonomia Literária, 2019.

ZAMPONI, Simonetta Falasca. **Fascist Spectacle**: The Aesthetics of Power in Mussolini's Italy. (Studies in the History of Society and Culture, number 28.) Berkeley and Los Angeles: University of California Press. 1997.